

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL
CGI.br

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO

ICANN84 – Annual General Meeting

Dublin, Irlanda – 25 a 30 de outubro de 2025

Convention Centre Dublin

Percival Henriques de Souza Neto

Conselheiro do CGI.br

Coordenador da Câmara de Segurança e Direitos

João Pessoa, novembro de 2025

1. Sumário Executivo

A 84ª Reunião Geral Anual da ICANN (ICANN84), realizada no Convention Centre Dublin, na Irlanda, de 25 a 30 de outubro de 2025, constituiu momento decisivo para o futuro da governança da Internet global. Originalmente programada para Muscat, Omã, a reunião foi relocada para Dublin em razão de perturbações no espaço aéreo regional, sem prejuízo das datas originais.

O evento reuniu, em formato híbrido, representantes de mais de 150 países, abrangendo governos, setor privado, sociedade civil, comunidade técnica e academia. Os trabalhos concentraram-se em três eixos estratégicos: a preparação do novo ciclo de gTLDs (New gTLD Program: Next Round), com previsão de abertura de candidaturas em abril de 2026; o processo de revisão WSIS+20, avaliando vinte anos de cooperação digital global sob égide das Nações Unidas; e o combate ao abuso de DNS (DNS Abuse), com mecanismos contratuais e operacionais mais robustos.

A presença dos cofacilitadores da ONU para o processo WSIS+20 conferiu à reunião de Dublin peso político adicional. Os embaixadores designados pelo Secretário-Geral trouxeram consigo a gravidade institucional que o momento exige, sublinhando a ICANN como espaço neutro e multissetorial para decisões que moldarão a Internet nas próximas décadas.

2. Contexto e Relevância Estratégica

A ICANN84 ocorreu num momento de convergência entre duas agendas críticas: a expansão do sistema de nomes de domínio e a redefinição dos marcos institucionais da governança da Internet. A reunião de Dublin antecedeu em poucas semanas a revisão WSIS+20, processo conduzido pela ONU que avalia duas décadas de progresso em cooperação digital global.

Para o Brasil e para o CGI.br, esta convergência reveste-se de particular importância. O modelo multissetorial de governança da Internet, que o Brasil historicamente defende e que constitui a própria razão de ser do CGI.br, encontra-se sob pressão crescente. O documento de resultados do WSIS+20, em sua primeira revisão, enfatiza que a governança da Internet deve permanecer global e multissetorial, mas incorpora linguagem que reflete demandas por maior participação governamental, interpretada por alguns como argumento para controle estatal mais amplo.

Neste contexto, a Convenção da ONU sobre Crimes Cibernéticos, recentemente concluída, já sinalizou limitações na participação da sociedade civil, com dispositivos que suscitam preocupações sobre vigilância e direitos fundamentais. Esta tendência reforça a necessidade de o Brasil manter presença ativa e qualificada nos fóruns de governança da Internet.

3. Temas Centrais Discutidos

3.1 New gTLD Program: Next Round

O tema dominante da ICANN84 foi a preparação do novo ciclo de domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs), o primeiro desde a rodada de 2012. O Board da ICANN

aprovou a versão final do Applicant Guidebook (AGB), estabelecendo o caminho para a abertura da janela de candidaturas em abril de 2026, com duração prevista de 12 a 15 semanas.

As sessões em Dublin abordaram o desenho do programa, critérios de avaliação, salvaguardas de segurança e prevenção de abuso, inclusividade geográfica e financeira, procedimentos de resolução de disputas e integração de princípios de interesse público. O Applicant Support Program (ASP) permanece aberto, oferecendo reduções de taxas e apoio pro bono para candidatos de regiões sub-representadas.

Para o Brasil, a nova rodada exige atenção estratégica sob dupla perspectiva. De um lado, apresenta oportunidades de ampliação da presença digital nacional, com possibilidades de registro de domínios em português e criação de espaços digitais vinculados a marcas e instituições brasileiras. De outro, e com igual ou maior importância, impõe a necessidade de preservar e fortalecer o ecossistema do .br, domínio de código de país administrado pelo NIC.br sob coordenação do CGI.br.

A proliferação de novos gTLDs pode gerar fragmentação do espaço de nomes, diluição da identidade digital nacional e migração de registros para domínios genéricos operados por entidades estrangeiras. As consequências são diretas: afetam a soberania digital brasileira, a sustentabilidade financeira do sistema .br e a capacidade do NIC.br de manter seus programas de desenvolvimento da Internet no Brasil. O CGI.br deve acompanhar de perto a implementação do AGB, assegurando que as políticas adotadas não reforcem assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e que os interesses do ecossistema .br sejam adequadamente protegidos.

3.2 DNS Abuse – Combate ao Abuso no Sistema de Nomes de Domínio

O combate ao abuso de DNS permanece como prioridade transversal da comunidade ICANN. O GNSO (Generic Names Supporting Organization) está preparando um novo Processo de Desenvolvimento de Políticas (PDP) para definir medidas práticas e exequíveis de mitigação de abuso, incluindo phishing, malware e domínios maliciosos. O GAC, por sua vez, continua a demandar mecanismos de compliance mais rigorosos.

Destacou-se a necessidade de alinhar recomendações políticas com operações técnicas e contratuais, traduzindo as deliberações dos grupos de trabalho em mecanismos efetivos de prevenção, detecção e proteção de direitos. A sessão conjunta GAC-GNSO examinou aspectos específicos como solicitações urgentes e autenticação de pedidos de forças policiais.

Esta agenda conecta-se diretamente ao trabalho da Câmara de Segurança e Direitos do CGI.br, particularmente no que tange à articulação entre combate a crimes cibernéticos e preservação de direitos fundamentais dos usuários.

3.3 WSIS+20 e o Futuro da Governança da Internet

O Fórum Geopolítico da ICANN84 contou com a presença de um dos dois embaixadores designados pela ONU como cofacilitadores da revisão WSIS+20. A

sessão sublinhou a importância de preservar o modelo multissetorial, ao mesmo tempo em que respondeu a pressões por maior participação governamental.

O consenso em Dublin orientou-se para a compreensão de que o caminho mais eficaz para a ICANN, no processo WSIS, é continuar promovendo o modelo multissetorial demonstrando na prática sua efetividade. O documento de resultados enfatiza que a Internet deve permanecer aberta, global, interoperável, estável e segura.

Sessões do ccNSO e do GNSO discutiram soberania digital nacional, o Global Digital Compact e a Coalizão da Comunidade Técnica pelo Multissetorialismo. Para o Brasil, que sedia o NETmundial e manteve posição histórica de defesa do modelo multissetorial, estas discussões são de relevância estratégica direta.

3.4 Outras Agendas Relevantes

O ccNSO realizou sessões sobre recuperação de desastres para domínios de código de país (ccTLDs), compartilhando modelos de governança e estratégias de resiliência. O ccNSO Tech Day e workshops de capacitação abordaram boas práticas e cooperação transfronteiriça. O GNSO continuou o trabalho de desenvolvimento político sobre diacríticos de escrita latina em gTLDs, tema de relevância para línguas como o português.

O ALAC (At-Large Advisory Committee) enfatizou acessibilidade e aceitação universal, assegurando que medidas de combate ao abuso não restrinjam direitos dos usuários. O EURALO realizou mesa-redonda sobre a legitimidade da ICANN frente a pressões internas e externas. O ASO continuou os trabalhos sobre novo documento de governança para substituir a Internet Coordination Policy 2, com quase 25 anos de vigência.

4. Participação e Atividades Realizadas

Durante a ICANN84, participei das seguintes atividades:

- Sessões plenárias do GAC, com foco nas discussões sobre o New gTLD Program: Next Round e mitigação de abuso de DNS;
- Fórum Geopolítico WSIS+20, com presença dos cofacilitadores da ONU;
- Sessão conjunta GAC-GNSO sobre abuso de DNS e solicitações urgentes de forças policiais;
- Sessões do ccNSO sobre governança de ccTLDs e recuperação de desastres;
- Tech Day organizado pelo ccNSO;
- Plenária do At-Large (ALAC): RIRs at a Crossroads, sobre lacunas de governança, desafios regionais e o papel da ICANN;
- Plenária sobre avaliação de strings e similaridade de domínios na próxima rodada;
- Cerimônia de abertura e plenária de encerramento com posse de novos membros do Board;
- Sessões de capacitação e networking com delegações de países em desenvolvimento.

5. Análise e Implicações para o Brasil

5.1 Defesa do Modelo Multissetorial

A ICANN84 evidenciou a tensão crescente entre o modelo multissetorial e as pressões por maior controle estatal sobre a governança da Internet. O Brasil, como braço fundador do NETmundial e sede de um dos comitês gestores mais reconhecidos do mundo, possui responsabilidade especial na defesa desse modelo. A experiência brasileira do CGI.br, com participação equilibrada de governo, setor privado, academia e sociedade civil, constitui referência concreta de que o multissetorialismo funciona.

5.2 Oportunidades na Nova Rodada de gTLDs

A abertura prevista para abril de 2026 representa janela estratégica para o Brasil, mas exige posicionamento cuidadoso e prospectivo. É necessário que o CGI.br, em articulação com o NIC.br e outros atores, promova discussão nacional sobre as oportunidades e desafios do novo ciclo, especialmente no que se refere à criação de domínios em português, à proteção de denominações de origem brasileiras e ao aproveitamento do Applicant Support Program por candidatos nacionais.

Contudo, a questão central para o Brasil nesta nova rodada é a preservação do interesse do .br. O domínio .br não é apenas um identificador técnico: é infraestrutura crítica nacional, pilar de identidade digital brasileira e fonte de recursos que financiam programas essenciais de desenvolvimento da Internet no país, executados pelo NIC.br. A experiência da rodada de 2012 demonstrou que a multiplicação de gTLDs pode gerar competição direta com ccTLDs, atraindo registros para domínios genéricos operados por grandes corporações internacionais. Para o .br, isso representa risco de erosão da base de registros, de fragmentação da presença digital brasileira e de enfraquecimento do modelo virtuoso que conecta registro de domínios ao financiamento de pesquisa, inovação e capacitação.

O CGI.br deve, portanto, articular posição clara no âmbito da ICANN, defendendo: salvaguardas efetivas para ccTLDs frente à expansão de gTLDs; mecanismos de proteção de termos associados a identidades nacionais e regionais; transparência nos processos de avaliação de candidaturas que possam conflitar com interesses de domínios de código de país; e cooperação entre o regime de gTLDs e os ccTLDs para evitar confusão dos usuários e fragmentação do espaço de nomes.

5.3 Segurança e Direitos no Ecossistema de Domínios

O trabalho sobre DNS Abuse conecta-se diretamente às atribuições da Câmara de Segurança e Direitos do CGI.br. A evolução das políticas da ICANN nesta matéria afeta diretamente os registros brasileiros e demanda acompanhamento contínuo para assegurar que medidas de combate ao abuso não comprometam direitos fundamentais dos usuários, como liberdade de expressão e privacidade.

6. Recomendações

6.1 Ações Imediatas

- Promover seminário nacional sobre a nova rodada de gTLDs, em articulação com NIC.br, setor privado e comunidade de propriedade intelectual, com atenção especial às implicações para o ecossistema .br;
- Elaborar nota técnica sobre as implicações da revisão WSIS+20 para a governança da Internet no Brasil;
- Acompanhar a versão final do Applicant Guidebook e avaliar a viabilidade de candidaturas brasileiras.

6.2 Ações de Médio Prazo

- Fortalecer a participação brasileira no GAC, com preparação antecipada para a ICANN85, prevista para março de 2026 em Mumbai;
- Elaborar estudo de impacto da nova rodada de gTLDs sobre o ecossistema .br, com cenários de evolução de registros e proposição de estratégias de fortalecimento do domínio nacional;
- Desenvolver estratégia brasileira de combate ao abuso de DNS em sintonia com as políticas em formação na ICANN;
- Articular posição brasileira sobre o futuro do IGF no contexto pós-WSIS+20.

6.3 Ações Estratégicas

- Consolidar o papel do CGI.br como referência global de modelo multissetorial, promovendo a experiência brasileira nos fóruns internacionais;
- Integrar a agenda de domínios e nomes à estratégia nacional de soberania digital, em conexão com a E-Ciber 2025 e as políticas de governança algorítmica;
- Ampliar a cooperação com países do Sul Global no âmbito da ICANN, fortalecendo alianças regionais.

7. Conclusão

A ICANN84 marcou um ponto de inflexão na governança global da Internet. A aprovação do Applicant Guidebook para a nova rodada de gTLDs, combinada com a proximidade da revisão WSIS+20, confere ao período 2025-2026 caráter verdadeiramente definatório para o futuro da coordenação técnica da Internet.

O modelo multissetorial, que Dublin reafirmou mas que enfrenta pressões crescentes de agendas estatocêntricas, depende da participação qualificada de atores como o CGI.br. A presença brasileira nestes fóruns não é meramente simbólica. É condição para que as decisões tomadas reflitam os interesses e as necessidades dos países em desenvolvimento.

É fundamental que o CGI.br mantenha engajamento contínuo e estratégico com os processos da ICANN, assegurando que a expansão do sistema de nomes de domínio e a evolução da governança da Internet ocorram de forma inclusiva, segura e respeitosa aos direitos fundamentais. A preservação do ecossistema .br, como infraestrutura crítica nacional e instrumento de soberania digital, deve constituir eixo prioritário da atuação brasileira neste novo ciclo.

Percival Henriques de Souza Neto

Conselheiro do CGI.br

Coordenador da Câmara de Segurança e Direitos